Parte II - A construção da igualdade **A contestação cultural e a “abertura democrática”**

Edward MacRae

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

MACRAE, E. A contestação cultural e a “abertura democrática”. In: *A construção da igualdade-política e identidade homossexual no Brasil da “abertura”* [online]. Salvador: EDUFBA, 2018, pp. 93-105. ISBN 978-85-232-1998-7. <https://doi.org/10.7476/9788523219987.0008>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

PARTE II

A construção da igualdade

A contestação cultural e a “abertura democrática”

.....

No final da década de 70, o Brasil começava a respirar ares mais otimistas. Para muitos, estávamos no limiar de novos tempos, mais justos e mais humanos. Grandes transformações se anunciavam como indicação do encerramento da vigência de uma ditadura férrea e sanguinária, e a sociedade civil ressurgia politicamente com importantes manifestações de protestos de trabalhadores, empresários, intelectuais e estudantes.

Em maio de 1978, a greve dos metalúrgicos do ABC dava início a uma vigorosa demonstração de força do movimento operário, que logo se estenderia a numerosas outras categorias e levaria dois anos para ser controlado. Como disseram os sociólogos Sebastião C. V. Cruz e Carlos E. Martins sobre esse período: “com a greve do ABC e o movimento que ele precipita abre-se um espaço enorme no campo das ideias e no imaginário político. Súbito, o possível dilata-se, o novo começa a brotar”. (CRUZ; MARTINS, 1983, p. 59) A política salarial e a lei de greve, colunas mestras do regime pós 1964, caíram por terra. O governo parecia disposto a abdicar da tutela que exercia sobre a relação entre empresários e empregados. Pouco tempo depois, surgia a ideia da formação de um partido de trabalhadores.

Em junho desse mesmo ano, alguns dias depois de revogar a censura prévia nas últimas publicações por ela atingidas, o presidente Geisel anunciou o anteprojeto de novas reformas para suprimir os instrumentos mais nitidamente discricionários da draconiana legislação em vigor, cuidando, porém, de não enfraquecer efetivamente as forças que o sustentavam.

Mantendo-se no mesmo espírito de cautela, o general Figueiredo, ao tomar posse como presidente da república em 1979, apresentou-se como o continuador desse processo de “distensão política”, contando com o apoio do grande capital. Atendendo às pressões que se faziam em nível nacional, promoveu, neste mesmo ano, a anistia parcial e restrita, inicialmente, àqueles que não haviam participado de “crimes de sangue”, estendendo-a, posteriormente, a todos os prisioneiros e exilados políticos. Ao anistiar os tradicionais opositores do regime, essa lei servia também como forma de perdão a todos os atos de brutalidade e arbitrariedade, perpetrados pelos próprios agentes oficiais de repressão. Embora carregada de ambiguidades, a nova “abertura política” entusiasmou a sociedade. Depois de anos de sufoco, a vida cultural do país fervilhava e muitos acreditavam que estivéssemos à beira de realizar grandes mudanças socioculturais. A imaginação sentia-se prestes a ganhar o poder.

A própria contestação foi afetada pelo espírito de inovação. Os longos anos de ditadura haviam promovido uma crise na intelectualidade, semeando a inquietação e a dúvida a respeito das concepções políticas tradicionais. Discursos sobre o povo, suas dificuldades e suas lutas não resolviam mais os anseios, nem daqueles que haviam recusado, desde o início, o conformismo bem remunerado do “milagre econômico” e nem dos que se sentiram logrados, quando esse se desfez como uma bolha de sabão. Na busca de soluções para suas próprias contradições, estudantes e intelectuais voltavam suas preocupações para questões como: o corpo, o erotismo, a subversão de valores e de comportamentos. Buscavam inspiração nos movimentos, já antigos, da contracultura, vindos da Inglaterra e dos EUA. As discussões passaram a ser feitas em torno de assuntos como o uso de drogas, a psicanálise, o corpo, o *rock*, os circuitos alternativos, jornais *underground*, discos piratas, etc. Entre esses setores, começava a se tomar cada vez mais nítido um desencanto

pela política, como ela vinha sendo entendida até então. A teoria e a prática das esquerdas eram questionadas, criticando-se também seu conservadorismo cultural, refletido na sua dificuldade em inovar nas áreas das artes e dos costumes.

O marxismo ficava estigmatizado como “caretice” e difundia-se uma nova noção: não existiria a possibilidade de uma revolução ou transformação social, sem que ocorresse também uma revolução ou transformação individual. Paralelamente ao decréscimo na participação política, ocorria um aumento no uso de drogas, como a maconha e o LSD, refletindo essa nova tendência introspectiva. Mas não se deve caracterizar esse fenômeno conhecido pelo nome de contracultura como uma simples acomodação ao sistema e um abandono dos antigos ideais de contestação. Afinal, para a política de esquerda o uso de drogas também era visto como uma contestação ao *status quo*, sujeito a uma repressão severa. Como diz Heloísa B. de Hollanda:

A marginalidade é tomada não como saída alternativa, mas no sentido de ameaça ao sistema: ela é valorizada exatamente como opção de violência, em suas possibilidades de agressão e transgressão. A contestação é assumida conscientemente. O uso de tóxicos, a bissexualidade, o comportamento descolonizado, são vividos e sentidos como gestos, perigosos, ilegais, e, portanto, assumidos como contestação de caráter político. (HOLLANDA, 1980, p. 68)

A juventude de classe média, marginalizada dos processos políticos brasileiros, voltava a sua atenção para os jovens dos grandes centros urbanos dos EUA e Europa, como Nova York e Londres, valorizando especialmente seus aspectos subterrâneos (*underground*) como o gueto negro do Harlem, a maconha, o LSD, o *rock*, e os *Hell's Angels*. Nos EUA, essa juventude não se identificava especialmente com o proletariado que, em sua maioria, se apresentava como racista e reacionário, apoiando, por exemplo, a atuação americana no Vietnã. Seu interesse maior era pelos *outsiders* (marginais). Lembremos que o final da década de 60 havia presenciado, nos EUA, as grandes explosões dos guetos negros, como Watts, em que a população marginalizada parecia, repentinamente, renegar todos os valores tradicionais do capitalismo partindo para saques e incêndios. Difundia-se, entre os jovens, a ideia

de que a sociedade mais rica e poderosa do mundo estaria prestes a ser destruída, corroída por sua podridão interna. Procurando os equivalentes, brasileiros, identificavam as nossas minorias marginais como sendo aquelas constituídas pelos negros, homossexuais, *freaks*, favelados, adeptos da cultura afro-brasileira etc. Recusando os ideais de ascensão social burguesa, muitos deixavam seus estudos e empregos, procurando sobreviver do trabalho artesanal ou artístico. Alguns tentavam implantar comunidades rurais, enquanto outros, influenciados pelos tropicalistas, escolhiam a aldeia de Arempebe, na Bahia, como um lugar onde poderiam realizar sua utopia de paz e amor.

Na segunda metade da década de 70, quando tornou-se possível uma retomada do movimento estudantil, esses novos valores da juventude não deixaram de se manifestar, provocando alterações no ideário e na conduta da militância política. Surgia, assim, o germe de uma crítica à esquerda tradicional que, até então, mantivera uma posição quase hegemônica no movimento estudantil, sem se empenhar nos processos de transformação cultural que começavam a empolgar amplos setores da juventude. Entre os anos de 1976 e 1977, sobressaía-se, especialmente, um grupo de inspiração trotskista – a Liberdade e Luta (Libelú). Esse movimento, com suas palavras de ordem ousadas e uma maior abertura para os temas vinculados pela contracultura, captou a imaginação de muitos estudantes. Porém, no refluxo que se seguiu à primeira euforia de reorganização, correntes da esquerda mais ortodoxa conseguiram impor-se, deslocando a Libelú da liderança estudantil. Tornou-se, então, bastante óbvio que a unidade das esquerdas já não existia mais. Começaram a surgir críticas públicas de uma tendência a outra. Entre a massa dos estudantes, dizia-se que alguns grupos eram motivados por um desejo pelo poder em si; as assembleias estudantis eram acusadas de tediosas e de serem lugares em que a dominação de pequenos grupos era imposta em nome da unidade. O jornal *Avesso*, vinculado ao DCE-Livre da Universidade de São Paulo (USP), publicava, por exemplo, na sua edição de inverno de 1977, um artigo assinado por Andrés Stearns de Oliveira, criticando violentamente o conservadorismo dos métodos usados pelo movimento estudantil e o desejo de poder de suas lideranças. Nele, as assembleias estudantis são acusadas de serem “chatas” e os líderes considerados como porta-vozes de

uma ideologia pré-histórica, como persistindo no costume de usar a noção de disciplina para melhor poder manipular a massa, recusando-se a aceitar quaisquer diferenças individuais.

E como acreditar na eficácia desse absoluto apodrecido que ainda hoje se repete, dessa suposta doutrina revolucionária! Não basta acabar com a exploração (se é que mesmo isso ela faz), é preciso acabar também com o poder onde quer que ele se exerça[...]. E de passagem é preciso falar desse último e mais escandaloso exército autoritário - algo que fede muito [...] a *unidade* [...] (ela) é totalitária já em si: é homogeneização, padronização, silenciamento das diferenças, repressão às individualidades. A mediocridade, o meio termo impera, não há outro, é a imposição do mesmo. O outro deve ser banido porque divide. (OLIVEIRA apud COELHO, 1984, p. 30)

Nesse artigo, já se encontravam temas que iriam ser retomados frequentemente por novos movimentos, como o homossexual e o feminista entre outros. Repelia-se o poder, entendido de forma genérica e passível de condenação, em todas as ocasiões quando uma manifestação era percebida, seja na forma institucional dos órgãos do Estado ou da estrutura dos partidos políticos, seja nas relações cotidianas entre indivíduos, como nas relações de pais e filhos, professores e alunos, patrões e empregados, cônjuges, amantes, etc. Contra os ditames do poder, erigia-se o prazer individual como o grande bem. Onde quer que ele estivesse ausente, via-se a vigência do autoritarismo, também chamado de fascismo, racismo, machismo, quase indiscriminadamente. Portanto, era grave a acusação de que as reuniões do movimento estudantil haviam se tornado tediosas.

O hedonismo individualista é um dos grandes valores promovidos pela moderna sociedade de consumo. Nem por isso, pode-se considerar essencialmente conservador seu significado maior, dependendo esse do contexto. Como já foi sugerido, uma forma importante de contestação cultural ocorria no âmbito da sexualidade e do questionamento dos papéis sexuais tradicionais. A total desvinculação entre a sexualidade e a procriação possibilitada pelo advento da pílula anticoncepcional, aliada a uma crescente contestação da moral até então vigente e uma maior complacência familiar, tornava a vida sexual dos jovens brasileiros mais aberta e livre.

Dentro deste quadro, entende-se melhor a força das críticas aos esquerdistas ortodoxos, cujo moralismo irritava muitos jovens e estudantes. Sob pretexto de evitar chocar algum hipotético simpaticizante proletário, as lideranças frequentemente se colocavam contra várias práticas bastante generalizadas entre a juventude. Nessa época, em que era bastante comum o relacionamento sexual descompromissado entre estudantes, eles ainda costumavam insistir no casamento formal de seus companheiros de militância. A homossexualidade era perseguida de forma mais veemente ainda, levando à defecção de muitos militantes, alguns dos quais iriam, mais tarde, engrossar as fileiras do movimento homossexual. Também criticavam duramente o uso da maconha e qualquer outro “tóxico” e estigmatizavam o *rock*, o *soul*, o *funk*, assim como outras influências estrangeiras, rotulando-as de “alienantes”.

O movimento das “minorias”

A pesquisa de campo sobre o “Grupo Somos de Afirmação Homossexual” apresentada neste livro foi concebida em 1978 e se estendeu de forma sistemática até o segundo semestre de 1980. Além de um esboço sobre o clima político e cultural da época, torna-se útil expor com um pouco mais de detalhes o desenvolvimento de dois movimentos muito próximos e similares a ele que viriam a desempenhar um papel importante em sua história.

Com a nova liberalização política trazendo a possibilidade (ainda não oficializada) de um funcionamento mais às claras das várias organizações clandestinas de esquerda e com o livre debate de ideias propiciado pelo fim da censura à imprensa, o ideal de uma unidade das oposições mostrava-se cada vez mais inviável. Além do ressurgimento das divisões clássicas entre os marxistas, começavam a aparecer, também, novos grupos com reivindicações específicas de certas parcelas da população. Destacavam-se especialmente o movimento negro e o feminista, cujas problemáticas e métodos de ação eram voltados não só para as questões classicamente aceitas como políticas, mas também se ocupavam daquelas consideradas culturais ou relacionadas às experiências do dia a dia dos militantes: relações hierárquicas entre

as raças, entre os homens e mulheres e, até, entre os líderes políticos e seus comandados dentro das próprias organizações contestatórias.

Tanto os negros quanto as mulheres¹ tinham uma longa história de lutas que, no passado, visavam assegurar os direitos plenos de cidadania que lhes eram sistematicamente negados. Porém, por uma série de razões, nos anos pós-guerra e especialmente depois de 1964, essas campanhas se arrefeceram e suas lutas foram ignoradas, não só pela elite no poder como pelos próprios grupos oposicionistas. As transformações ocorridas na sociedade, a partir da década de 1970, fizeram com que os negros e mulheres retomassem velhas reivindicações e levantassem novas exigências. Encontrando pouco respaldo, entre os grupos políticos constituídos, e até certa má vontade, por parte de alguns esquerdistas que achavam secundárias suas lutas, eles passaram a elaborar, com autonomia, novas teorias e novos esquemas de atuação. Devido aos aspectos em comum entre suas organizações, negros e mulheres se tornariam interlocutores e aliados privilegiados dos grupos de militância homossexual que, como eles, não viam, no seu *status* minoritário, motivo para o desmerecimento de suas reivindicações específicas, voltadas aos seus problemas imediatos.

Embora os negros tivessem no Brasil uma longa história de organização, de luta e de reivindicação, além de terem criado vários órgãos de imprensa dedicados às discussões pertinentes à condição negra, o golpe de 1964 havia desarticulado as suas lideranças. Essas, segundo conta Gonzales (1982), foram lançadas numa semiclandestinidade, com pouco contato com as organizações clandestinas e de luta armada. Assim, durante algum tempo, deixou-se de falar de política negra.

As notícias da luta pelos direitos civis dos negros americanos e sobre as guerras de libertação nas colônias africanas de Portugal

1 Os movimentos negro e feminista são incluídos aqui entre os "movimentos de minorias" apesar de se saber que, no Brasil, há mais mulheres do que homens e que os descendentes de povos africanos são mais numerosos que os de cor branca, de ascendência puramente caucasiana. O termo "minorias" é adotado por ser essa a prática costumeira no Brasil, na época, e por apontar para o fato de que suas lutas se voltam preferencialmente para a melhoria das condições de existência de segmentos específicos da sociedade, mais do que às da população como um todo. Além disso, a "minoridade" desses grupos seria um reflexo da discriminação sistemática que sofrem, o que lhes veda o acesso a um poder político-econômico mais compatível com seus números.

começaram a despertar o interesse de uma parcela da juventude negra. Nos primeiros anos da década de 1970, ocorreram várias manifestações de interesse pela cultura negra, muitas vezes vinculadas a instituições acadêmicas. Foram realizadas exposições de arte afro-brasileira, festivais de dança e música, seminários, cursos e palestras sobre o assunto em várias ocasiões. Por outro lado, nas grandes cidades, um interesse pela música negra norte-americana começava a contagiar os jovens e, numa aparente imitação dos modelos americanos, surgiam estilos de roupa, de corte de cabelo e de dança. Inicialmente no Rio, mas depois em várias outras grandes cidades brasileiras, promoviam-se grandes bailes onde jovens negros, das mais diversas posições sociais, se reuniam para ouvir e dançar a *soul music*. Essa ênfase na música americana provocava sérias críticas da parte de intelectuais mais ortodoxos que viam nisso sinais de alienação e convocavam os negros a se limitarem a dançar ritmos considerados “brasileiros”, como o samba. Mas, apesar dessa crítica, o costume servia, inegavelmente, para incentivar uma consciência e a afirmação de identidade negra por parte dessa juventude. Concomitantemente, outros negros procuravam organizar, de forma mais explícita, um movimento político, desenvolvendo uma série de encontros em várias cidades do Brasil, buscando montar uma grande campanha contra o racismo.

No dia 7 de julho de 1978, foi assinalada a fundação do Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial através de um ato público realizado nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo. Na ocasião, foi distribuída uma carta aberta à população anunciando uma campanha contra a discriminação racial, a opressão policial, o desemprego, o subemprego e a marginalização. A carta propunha, como forma de organização, a criação de “centros de luta” nos bairros, nas vilas, nas prisões, nos terreiros de candomblé e umbanda, nos locais de trabalho, nas escolas de samba, nas igrejas e em todos os lugares onde o negro vivia. A função desses “centros de luta” seria a promoção de debates, informação, conscientização e organização da comunidade negra, visando tornar o movimento forte, ativo e combatente, para levar o negro a participar de todos os setores da sociedade brasileira. O documento terminava pedindo o apoio dos setores democráticos da sociedade e com palavras de ordem contra a discriminação racial,

a opressão policial, pela ampliação do movimento e por uma autêntica democracia racial.

Mas as aspirações pela unificação do movimento e pelo apoio dos demais democratas brasileiros logo se frustraram. Além de serem considerados racistas às avessas ou subversivos, pelos brancos poderosos, eles também foram atacados por alguns setores da esquerda, que os consideravam divisionistas e revanchistas. Internamente, a situação não era melhor e desavenças, de fundo político e pessoal, logo desencadearam uma série de cisões.

Uma das dificuldades internas enfrentadas pelo movimento foi a acusação feita por várias de suas integrantes mulheres a respeito do machismo dos negros. Assim, durante um congresso realizado no Rio de Janeiro em dezembro de 1979, as mulheres denunciaram tentativas de branqueamento do homem negro através do casamento com mulheres brancas, discutiram problemas relativos à educação dos filhos, o controle da natalidade e a sua participação no processo de libertação do povo negro. Analisaram, também, a situação da mulher negra, enquanto empregada doméstica, na reprodução do racismo, não poupando críticas à atuação de muitas patroas brancas, militantes no movimento de mulheres.

Essa reunião, idealizada para discutir os problemas das mulheres negras, contou também com a participação de um militante baiano que chamou atenção à discriminação específica sofrida pelos negros homossexuais como ele, apontando semelhanças entre os problemas enfrentados pelos gays e pelas mulheres. Dessa forma, começava a discussão da sexualidade dentro do recentemente constituído movimento negro. Esse, alguns meses depois, passaria a contar com um novo grupo de Salvador, integrado exclusivamente por negros homossexuais, o Adé Dudu.

A reunião à parte e a elaboração de uma série de reivindicações específicas pelas militantes negras presentes nesse congresso eram também reflexo de uma outra ideia que estava então ganhando espaço: o feminismo. Esse começara a se desenvolver no Brasil, a partir da decretação pela ONU do ano de 1975 como o Ano Internacional da Mulher, com a consequente abertura aqui de um importante espaço de debate político, quando ainda predominava a repressão violenta

contra qualquer tipo de questionamento da ordem vigente. A partir daí, começaram a se formar vários grupos de mulheres, para discutir a sua situação social, política e cultural, lançando assim as sementes do movimento feminista.

Em dezembro de 1975, para comemorar o Ano Internacional da Mulher, o grupo carioca Centro da Mulher Brasileira lançou o número zero de um novo jornal, de formato tabloide, chamado *Brasil Mulher*, onde se dava amplo destaque ao trabalho de Terezinha Zerbini e ao Movimento Feminino pela Anistia (MFA), promovido por ela. Esse movimento colaborou, durante algum tempo, com a organização de mulheres e serviu como trampolim para várias de suas militantes travarem contato com o feminismo. Isso apesar da própria Terezinha Zerbini sempre ter se mantido numa posição contrária a essa tendência e do MFA ter deixado a frente unitária de mulheres em São Paulo em 1978, quando a maioria dos grupos participantes optou por incluir a questão do aborto entre suas bandeiras de luta.

Em junho de 1976, foi lançado em São Paulo o jornal *Nós mulheres*, a primeira publicação brasileira contemporânea a se declarar feminista. Já no seu primeiro editorial afirmava-se: “somos oprimidas porque somos mulheres”, denunciando-se a dupla moral e a repressão sexual. Também eram feitas algumas formulações teóricas que, mais tarde, teriam grande importância no movimento feminista. Tocava-se na questão dos papéis sexuais e da redução naturalista da mulher às funções de mãe e esposa. Enfatizava-se a importância e o caráter de trabalho necessário da sua atuação e da reprodução da família. Levantava-se a bandeira de “salário igual por trabalho igual” e pela socialização do salário doméstico. Embora essa fosse uma posição que seria abandonada posteriormente, esse editorial mostrava um forte comprometimento com a dialética materialista e, além de enfatizar a necessidade de profundas transformações sociais, insistia na ligação entre a luta feminista e a luta geral. (MORAES, 1981, p. 214)

O grupo que editava o jornal contava com uma forte influência de mulheres com experiência de exílio ou de estadias no exterior, onde haviam conhecido a moderna literatura feminista. Maria Moraes até afirma que o Grupo de Brasileiras no Exterior foi uma das matrizes mais importantes dos grupos feministas que viriam ser formados no Brasil.

Esse primeiro editorial também fazia referências à luta da imprensa democrática e, de fato, o *Nós Mulheres* iria contar com um valioso auxílio por parte da imprensa alternativa. Mas a forma de organização dessas mulheres se diferenciava bastante da maneira comum nos grupos esquerdistas, que, nessa época, as consideravam “independentes demais”. Não tinham uma disciplina rígida e se posicionavam contra hierarquias. Havia uma grande valorização do trabalho comunitário e as matérias eram todas discutidas em comum, não levando nenhuma assinatura. Esse método anárquico-artesanal era diferente do utilizado pelo *Brasil Mulher*, que sempre esteve mais próximo das normas vigentes na imprensa alternativa. Além de preannunciar as futuras discordâncias que surgiriam entre essas publicações, esse método também serviu para inaugurar no país um novo estilo de militância que depois seria adotado por outros grupos libertários, inclusive os dos homossexuais.

Como era de se esperar, devido às suas origens nas organizações esquerdistas, os grupos feministas passaram por uma fase inicial dominada por discussões sobre a conjuntura socioeconômica, buscando um entendimento da condição feminina dentro desse contexto mais geral. Mas, aos poucos, alguns desses grupos começaram a voltar suas atenções também às dificuldades que suas militantes sofriam enquanto mulheres de classe média. Surgiam, então, discussões em torno de temas existenciais como: relações familiares, expectativas frustradas, sensualidade, aborto, afetividade, violência, etc. Em torno dessas discussões foram estruturados “grupos de reflexão”, nos quais as participantes faziam relatos sobre suas experiências pessoais para servirem de embasamento às considerações mais teóricas e generalizantes sobre a questão dos papéis de gênero. Esses grupos acabaram por levar ao estabelecimento de novas prioridades de luta e se tornaram uma importante característica que servia para diferenciar esses grupos “feministas” autônomos, dos “femininos”, geralmente ligados a partidos políticos e sindicatos, voltando-se mais a questões gerais como a anistia, salários, custo de vida, etc.

Em pouco tempo, começaram a se manifestar atritos entre as “femininas” e as “feministas”, estas acusadas de serem burguesas e partidárias de uma radical “luta contra o homem”.

Essas desavenças mostraram-se especialmente exacerbadas durante os *Congressos da Mulher Paulista*, realizados em março de 1979 e 1980. O primeiro congresso (1979) sofreu acusações de que técnicas de “cupulismo” e “conchavo” haviam sido usadas para impedir a divulgação de críticas às posições femininas ortodoxas. Em 1980, o segundo congresso, que contou com três mil participantes, foi palco de agressões físicas e roubos de crachás de delegada por parte de algumas militantes femininas. O clima ficou tão agressivo que o congresso terminou sem qualquer resolução e só veio a ser encerrado formalmente alguns dias depois em uma reunião de sua coordenadoria. A luta pelo poder, concebida pelos partidários desse novo estilo de militância como um vício endêmico entre os grupos de esquerda, não deixava de estar presente também nessas reuniões de mulheres.

Várias eram as causas das divergências surgidas no seio do movimento feminista: iam desde dificuldades atribuídas à dupla militância de algumas mulheres, que participavam de grupos feministas ao mesmo tempo em que se engajavam na luta político-partidária, até problemas de ordem puramente afetiva – como casos amorosos em que uma acusava a outra de lhe roubar o companheiro. Além disso, mesmo dentro dos diversos grupos feministas havia diferenças de opinião, a respeito do peso a ser dado às questões de política geral e às de ordem mais individual.

Os grupos feministas tiveram uma função importante em elaborar um discurso novo no Brasil sobre a sensualidade feminina e as questões da contracepção e do aborto. O direito à livre disposição do corpo tornou-se uma das suas principais reivindicações e as levou a se chocarem frontalmente com os grupos de esquerda tradicional, que, dependendo para a sua sustentação política de alianças com a poderosa Igreja Católica, tornavam-se, em muitos casos, defensores de posições conservadoras e machistas, mais compatíveis com a doutrina religiosa de moral sexual.

Além das questões da contracepção e do aborto, os grupos feministas também enfatizaram a questão do direito da mulher ao prazer sexual. Criada para ser mãe dedicada e dona de casa submissa ao marido, a mulher brasileira tradicionalmente aceitava a dupla moral, mantendo-se confinada ao lar, longe das “tentações da rua”, e sempre

permitiu ao homem uma atividade sexual intensa, geralmente com “mulheres da vida”. Isso começava, agora, a ser questionado e grupos feministas iniciavam programas de esclarecimento sexual junto às mulheres dos bairros populares, onde, além de explicar o funcionamento dos órgãos sexuais, fomentavam discussões sobre a natureza das relações sociais e afetivas, travadas entre homens e mulheres.

Estes relatos, necessariamente esquemáticos e parciais sobre os movimentos negro e feminista, demonstram uma tendência que, embora difusa pela sociedade em geral, se manifestava com mais intensidade entre a esquerda. Consistia na revalorização de problemáticas mais específicas a certos setores, cujos problemas vinham sendo, até então, relegados a posições secundárias, pelos partidários de uma concepção política voltada exclusivamente para a luta de classes. O movimento negro, ao enfatizar a opressão suplementar sofrida pelo trabalhador de origem africana, rompia com a ideia de uma grande classe operária unida pela mesma exploração capitalista. O movimento feminista, por seu lado, servia para chamar a atenção a formas de discriminação presentes nos métodos de militância da esquerda e a outros tipos de opressão, além da puramente econômica. Pode-se dizer que as feministas serviram, talvez, para legitimar valores que antes eram desprezados pelos grupos de inspiração marxista-leninista. Como veremos adiante, no movimento homossexual, que deve muito ao feminista, tanto em termos de teoria quanto de prática, essa vertente individualista foi mantida e até acirrada.